10º **ENTEC – Encontro de Tecnologia: 28 de novembro a 3 de dezembro de 2016**

ANÁLISE DE ACESSIBILIDADE EM EDIFÍCIO PÚBLICO

Carlos Roberto Mangussi Filho[1]; Priscila Lima de Oliveira[2]; Carlos Roberto Mangussi[1]; Luis César de Oliveira[2]; Roberta Afonso Vinhal Wagner [3]
[1, 2, 3] Universidade de Uberaba
carlosrmangussi@hotmail.com*; mangusi@terra.com.br*

Resumo

A acessibilidade é definida como, a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (Art.8, Cap.III - Decreto 5296/2004). Sendo um assunto ainda não muito abordado e que não possui grande peso no Brasil, a acessibilidade é muito importante, pois proporciona o direito de ir e vir a todos os cidadãos, que é garantido pela Carta Magna que diz em seu artigo 227: ”§ 2º - A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência. ” A primeira Norma Técnica surgiu em 1994, a NBR-9050, com o título: “Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço mobiliário e equipamentos urbanos”. Em sua revisão, realizada em 2004, o título foi alterado para “Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos”, seguindo uma evolução conceitual mundial da acessibilidade como recurso para qualquer pessoa e não somente para a pessoa com deficiência. A Norma NBR-9050/2004 é atualmente a mais completa e estabelece critérios físicos a serem observados em projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade, ela propõe normas para ambientes externos e internos, e sanitários. Descreve com detalhes, medidas, inclinações, para que os portadores de necessidades especiais tenham conforto, autonomia, segurança e facilidade de acesso. O Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana - Brasil Acessível foi lançado no dia 2 de junho de 2004, tem o objetivo de incluir uma nova visão no processo de construção das cidades que considere o acesso universal ao espaço público por todas as pessoas e suas diferentes necessidades. O programa é constituído de ações e instrumentos que visam estimular e apoiar os governos municipais e estaduais a desenvolver ações que garantam a acessibilidade para pessoas com restrição de mobilidade e deficiência aos sistemas de transportes, equipamentos urbanos e a circulação em áreas públicas. A acessibilidade deve ser vista como parte de uma política de mobilidade urbana que promova a inclusão social, a equiparação de oportunidades e o exercício da cidadania das pessoas com deficiência e idosos, com o respeito aos seus direitos fundamentais. É possível perceber em vários estabelecimentos limitações na questão de acessibilidade, como: falta de rampas, largura das portas e corredores inadequados, falta de adequações necessárias nos banheiros, o que dificulta o acesso do local a uma pessoa portadora de deficiência física ou com mobilidade reduzida. Em edifícios com arquitetura

histórica, ocorre com maior frequência, a falta de recursos para pessoas com necessidades, sendo essa problemática o principal assunto deste artigo. O ambiente será analisado através da norma ABNT NBR-9050, levando em conta a acessibilidade do meio interno, externo e banheiros. “A ABNT NBR 9050 é a principal norma de uma série focada na acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, idosos obesos e gestantes” acatando todas as determinações feitas pelo Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana.

Palavras-chave: Acessibilidade, mobilidade e autonomia

1 Introdução

Esse artigo analisa os parâmetros físicos do mercado público da cidade de Uberaba, inaugurado no ano de 1924 e tombado como patrimônio histórico pelo CONDEPHAU – Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico de Uberaba, sendo considerado um ponto tradicional de comércio e relações interpessoais da cidade.

Na área de Engenharia Civil, problematizaremos o local com auxílio de normas técnicas de acessibilidade, em especial a NBR - 9050, esta norma estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade.

Analisando o ambiente externo que fornece acesso público ao edifício, ambiente interno e sanitários, logo, sugestionaremos soluções para promover a mobilidade do edifício auxiliando o bem-estar psicossocial da população envolvida e enriquecendo o patrimônio municipal.

Os objetivos principais são, identificar as dificuldades encontradas por portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida em acessar e se locomover no ambiente estudado e indicar as possíveis soluções em conformidade com os parâmetros normativos, devido ao tombamento, desenvolver projetos que apresentem sugestões para solução sem alterações

2 Materiais e Métodos

O estudo a ser realizado abordará os seguintes itens para o levantamento dos parâmetros físicos do espaço urbano do ambiente e seu entorno:

- Equipamentos que a utilizar:

Pranchetas;

Trenas métrica e eletrônica;

Câmera fotográfica;

Computadores;

- Levantamento histórico:

Levantamento da arquitetura do espaço desde sua inauguração até a atualidade, estudo do projeto original e posteriores reformas;

- Análise dos parâmetros físicos internos:

Medidas de todos os compartimentos onde haja possibilidade de passagem;

Descrição dos materiais utilizados na construção;

Estudo das escadas de acesso nos quesitos conforto e segurança;

Verificação de pontos de fornecimento de água potável para bebedouros;

Estudo das instalações sanitárias femininas e masculinas;

- Análise do ambiente externo que dá acesso ao mercado:

Análise do processo de evolução urbana do local;

Levantamento das dimensões de vias locais, passeios, meio fio, sarjetas de coleta de águas pluviais; Estudo do tipo de pavimentação;

Verificação do sistema de transporte coletivo do local, se o mesmo, atende as pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida;

Verificação da existência e/ou número de vagas especiais no estacionamento;

- Levantamento fotográfico dos ambientes estudados

- Análise da conformidade dos ambientes com as normas brasileiras de acesso:

Verificar se os ambientes onde já haja adaptação estão de acordo;

Apontar quais as deficiências em acessibilidade encontradas;

- Sugestionar soluções:

Realização de projetos que apontem possíveis soluções que possam tornar o prédio acessível sem comprometer a arquitetura histórica;

3 Resultados

O estacionamento do mercado é um fator muito preocupante, neste não se encontra nenhuma acessibilidade, tanto no dimensionamento das vagas quanto ao acesso estacionamento/mercado. Pode ser observado a inexistência de vagas acessíveis para pessoas portadoras de necessidades especiais. Não há vagas especiais e nem rampas para o acesso do estacionamento/mercado. Foi encontra apenas uma vaga para deficientes, mas que se encontra em um estado degradante, com sua marcação do solo quase imperceptível e seu acesso escasso.

O ambiente externo é outro setor muito importante a ser analisado, sendo este o meio que proporciona o acesso ao interior do mercado. O mercado possui quatro entradas, sendo três delas proporcionadas por escadas e um possuindo rampa. Em alguns pontos há algumas rampas e indicações, no entanto alguns estão já em situação precária ou fora da norma. O transporte coletivo e feito pelo BRT, no qual pode ser analisado que há acessibilidade do ponto de entrada/saída do BRT ate certo ponto do mercado, em que o deficiente para adentrar ao local terá de dar a volta, pois o único acesso com rampa para o mercado se encontra do lado oposto que o BRT se localiza.

Os sanitários do mercado possuem certa acessibilidade, em vista que a porta que proporciona acesso possui uma largura que possibilita a passagem de uma cadeira de rodas. Entretanto, o banheiro não possui uma pia acessível ao cadeirante, visto que nenhuma das pias analisadas tem o tamanho adequado ao uso de um deficiente físico. O vaso sanitário que deveria ser para os deficientes se encontra com as barras de apoio necessárias, no entanto a altura deste não entra em conformidade com a norma.

O mezanino não se encontra acessibilidade, tanto na inclinação da escada (tamanho do espelho e passo), quanto no acesso de pessoas com mobilidade física reduzida. E os banheiros situados neste local, não se encontram também em conformidade com a norma NRB9050.

4 Discussão

A acessibilidade do mercado encontra-se debilitada, e é preciso realizar algumas mudanças para que o local possa proporcionar o mínimo de acessibilidade para a população visitante. Assim com todos os resultados coletados e analisados e com o baseamento na norma NBR9050, e possível realizar as mudanças necessárias para que o ambiente estudado seja melhor adequado para que as pessoas possuintes de mobilidade física reduzida tenham maior conforto, segurança e autonomia.

5 Conclusão

É possível concluir que o mercado municipal necessita de várias adaptações para se tornar acessível a uma pessoa portadora de necessidades especiais. A partir disto a importância das propostas realizadas para que o mínimo de

acessibilidade seja atribuída a população, para que assim todos tenham a autonomia de ir e vir a qualquer lugar. Com tudo, foram propostos o necessário para que o ambiente estudado tenha uma melhor condição de atender as pessoas com necessidades especiais e/ou com mobilidade reduzida. O mercado necessita de uma grande atenção na área da acessibilidade, em visto que este é um ponto turístico/histórico da cidade e recebe varias visitas diariamente.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. Decreto, n. 5296, de 2 de dezembro de 2004. Para fins de acessibilidade. Lex: Coletânea de Legislação e Jurisprudência, São Paulo.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos: ABNT NBR-9050. Rio de Janeiro, 2004. 1 p.